



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 340/2005 Gab-CA

1.- Há um equívoco do Parlamento
o contrato é de R\$. 35.000,00. O valor
de R\$. 729.282,00 corresponde ao
saldo da dotação - e não do con-
trato.

2.- Junte-se aos documentos de
etc.

Brasília, 04 de agosto de 2005.

Perillo
04.08.05

Doc.
000419

Senhor Presidente,

Em consonância às declarações do Deputado Osmar Serraglio, digno Relator dessa CPMI ao jornal "O Popular", de Goiás, veiculado na data de hoje, encaminho à sua consideração cópia do processo 14498979 de 27/11/96, que comprova a existência de contrato firmado entre o Estado de Goiás e a SMP&B, de propriedade do Sr. Marcos Valério, na gestão do ex-Governador Maguito Vilela, atual Vice-Presidente da CPMI.

Vale salientar, Senhor Presidente, que o contrato foi realizado com a utilização de "dispensa de licitação", no valor de R\$ 729.282,00, quando o dólar era equivalente a R\$ 1,00, ao que seria equivalente hoje R\$ 1.750.277,00.

O mais estranho, motivo pelo qual me adianto à solicitação de Vossas Excelências ao Governo de Goiás, é que nosso Estado se orgulha de ser sede de várias empresas de publicidade, muitas das quais premiadas em várias categorias de propaganda, por esse Brasil afora, o que por si já é estranho.

Corroboro, por este intermédio, com o entendimento de que é necessário o mais breve esclarecimento das circunstâncias e condições em que possam ter ocorrido este e qualquer outro contrato com a SMP&B ou outra empresa do Sr. Marcos Valério, em qualquer das administrações, de qualquer tempo, no Estado de Goiás, inclusive desta última, quando ainda é governado por Marconi Perillo.

Coloco-me ao seu dispor, naquilo que puder ser útil ao objetivo.

Respeitosamente,


Carlos Alberto Leréia
Deputado Federal

À
Sua Excelência, o Senhor
Senador **Delcídio Amaral**
Presidente da CPMI dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
0342
Fls: _____
3584
Doc: _____



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 340/2005 Gab-CA

Brasília, 04 de agosto de 2005.

Senhor Presidente,

Em consonância às declarações do Deputado Osmar Serraglio, digno Relator dessa CPMI ao jornal "O Popular", de Goiás, veiculado na data de hoje, encaminho à sua consideração cópia do processo 14498979 de 27/11/96, que comprova a existência de contrato firmado entre o Estado de Goiás e a SMP&B, de propriedade do Sr. Marcos Valério, na gestão do ex-Governador Maguito Vilela, atual Vice-Presidente da CPMI.

Vale salientar, Senhor Presidente, que o contrato foi realizado com a utilização de "dispensa de licitação", no valor de R\$ 729.282,00, quando o dólar era equivalente a R\$ 1,00, ao que seria equivalente hoje R\$ 1.750.277,00.

O mais estranho, motivo pelo qual me adianto à solicitação de Vossas Excelências ao Governo de Goiás, é que nosso Estado se orgulha de ser sede de várias empresas de publicidade, muitas das quais premiadas em várias categorias de propaganda, por esse Brasil afora, o que por si já é estranho.

Corroboro, por este intermédio, com o entendimento de que é necessário o mais breve esclarecimento das circunstâncias e condições em que possam ter ocorrido este e qualquer outro contrato com a SMP&B ou outra empresa do Sr. Marcos Valério, em qualquer das administrações, de qualquer tempo, no Estado de Goiás, inclusive desta última, quando ainda é governado por Marconi Perillo.

Coloco-me ao seu dispor, naquilo que puder ser útil ao objetivo.

Respeitosamente,


Carlos Alberto Leréia
Deputado Federal

À
Sua Excelência, o Senhor
Senador **Delcídio Amaral**
Presidente da CPMI dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
0343
Fls: _____
3584
Doc: _____

Política

O Popular
CRISE NO GOVERNO
AO DEPOR À PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, EMPRESÁRIO INFORMOU TER REPASSADO DINHEIRO PARA "O CARLOS QUE TRABALHA PARA O PT EM GOIÂNIA"

Valério dá pista sobre beneficiário goiano

CLEIDE ALVES

De Brasília

O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza forneceu uma pista importante para identificar quem é Carlinhos, de Goiânia, beneficiado com pagamento de R\$ 250 mil. Em depoimento à Procuradoria-Geral da República, em Brasília, na noite de terça-feira, o empresário informou ter repassado o dinheiro para "o Carlos que trabalha para o PT em Goiânia".

Apesar de não revelado o nome completo do beneficiado, a informação de Valério reforçou as suspeitas da CPI dos Correios de que essa pessoa é Carlos Soares, irmão do ex-tesoureiro petista Delúbio Soares. Ontem O POPULAR revelou com exclusividade que uma pessoa de Goiânia, identificada apenas como Carlinhos, estava na lista de 31 pessoas beneficiadas por pagamentos feitos por Marcos Valério, segundo ele, com recursos de empréstimos que teria feito ao PT.

Pela lista que o empresário entregou à Polícia Federal, na segunda-feira, essas 31 pessoas teriam recebido R\$ 55,8 milhões. O Carlinhos, de Goiânia, recebeu R\$ 250

mil em duas retiradas: a primeira de R\$ 50 mil, em 3 de agosto de 2004, e a segunda de R\$ 200 mil, em 30 de agosto.

A diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, também fez uma lista com 12 beneficiados, com pagamento de R\$ 7,7 milhões. Em depoimento ontem, à CPI dos Correios, ela esclareceu que sua lista é um subconjunto da lista de Valério. "Na minha lista estão as pessoas com as quais tive participação direta na entrega do dinheiro." Ela revelou que não participou dos pagamentos das 31 pessoas da relação elaborada por Marcos Valério.

Dúvida

Petistas ouvidos pelo POPULAR afirmam que o irmão do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o suplente de vereador Carlos Antonio Soares, é o único Carlinhos com trânsito na cúpula do partido de quem conseguem se lembrar. Eles frisaram que Carlos Soares é conhecido pelos familiares e amigos mais próximos como *Catonho*, apelido que também é de seu pai. Delúbio, porém, tem outro irmão com o mesmo primeiro nome: Carlos Rubens Soares, conhecido como *Carlão*.

Os petistas afirmam que não há

nenhum Carlinhos entre os dirigentes e detentores de mandatos da legenda em Goiânia. "Deve até ter alguém na militância com esse nome. Mas não consigo me lembrar de alguém que tivesse a confiança da direção para sacar tanto dinheiro", ponderou um petista de longa data.

Outro lembrou-se de um ex-filiado do PC do B (atualmente sem filiação partidária) com forte atuação no movimento estudantil, também conhecido como Carlinhos. "Mas ele nunca trabalhou com finanças, com arrecadação para campanha", ponderou.

O POPULAR tentou ouvir Carlos Soares ontem diversas vezes. Pelo telefone, funcionários do Supermercado Catonho, de propriedade do irmão de Delúbio, informaram que ele estaria fora de Goiânia. A mesma versão foi confirmada por uma mulher que atendeu o telefone na residência de Carlos e que se recusou a se identificar.

A versão de que ele estaria fora da cidade, no entanto, não foi confirmada pelo caixa do supermercado no Setor Leste Universitário. "Ele esteve aqui pela manhã até a hora do almoço, mas já foi embora e não deve voltar mais. Amanhã de manhã ele deve estar aqui de novo", disse o funcionário. (COLABOROU HELOÍSA LIMA)

OS NOMES

As 12 pessoas que sacaram dinheiro no Banco Rural, segundo lista divulgada por Simone Vasconcelos, diretora financeira da SMP&B

JACINTO LAMAS	Para o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) RS 2,4 milhões
JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PTB-PR)	RS 700 MIL
EMERSON PALMIERI, PARA O PTB	RS 200 mil
RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	Para o PT do Distrito Federal RS 100 mil
ARISTIDES JUNQUEIRA	Ex-procurador da República, a título de serviços advocatícios que teria feito ao PT RS 185 mil
JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU	Para o deputado José Janene (PP-PR) RS 1,6 milhão
DEPUTADO JOSÉ BORBA (PMDB-PR)	RS 1,1 milhão
VILMAR LACERDA	Para o PT do Distrito Federal RS 235 mil

PT nega contrato com escritório de Junqueira

São Paulo - A direção estadual de São Paulo e a direção nacional do PT negam que tenham mantido contrato com o escritório do advogado Aristides Junqueira para a defesa da legenda no caso Celso Daniel, prefeito de Santo André morto em janeiro de 2002. O presidente do PT paulista, Paulo Frateschi, reconheceu em nota ter contratado "os serviços do advogado Aristides Junqueira para defesa institucional do PT", mas isentou o diretório estadual da "responsabilidade pelo pagamento". Ele afirmou não ter recebido cobrança do escritório de Junqueira e, "diante do silêncio do advogado", concluiu que "o contrato firmado encontrava-se rescindido".

Ao contrário de Frateschi, porém, o diretório do PT em Santo André e a prefeitura local reconheceram que os serviços de advocacia foram efetivamente prestados. O escritório Junqueira Alvarenga e Fonseca Advogados S/C acertou com o PT paulista o recebimento de R\$ 545 mil de honorários pela SMP&B Comunicações Ltda., do publicitário Marcos Valério de Souza.

A informação foi dada à Polícia Federal pela diretora-geral da SMP&B, Simone Vasconcelos, que ainda afirmou que a quantia foi parcelada em quatro vezes e que Junqueira ficou sem receber R\$ 50 mil. Além da defesa institucional do PT no caso Celso Daniel, teriam sido acrescentados ao pacote a defesa de dirigentes nacionais da sigla em outros casos.

RQS nº 03/2005
CPI nº 34
3584
CPC

CONTATOS DE AGENCIA EM GOIÁS

O relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), decidiu ontem requisitar ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Goiás cópias de todos os contratos firmados entre a Agência Goiana de Comunicação (Agecom) e a agência de publicidade SMP&B, do empresário Marcos Valério. Serraglio também decidiu analisar os documentos do Banco Rural em Goiânia para conferir se há outros

pagamentos ao empresário mineiro. Ontem ele informou que a CPI já tem esses dados, mas só se interessou em analisá-los depois que a quebra do sigilo bancário da SMP&B revelou os pagamentos feitos pelo governo de Goiás.

A CPI já havia identificado R\$ 3,335 milhões transferidos entre 12 de março de 2001 e 2 de dezembro de 2003. Ontem a comissão teve acesso a outros pagamentos, por

meio de DOC, feitos entre outubro e dezembro de 2000 e início de 2001. Com isso, os pagamentos já passaram de R\$ 5 milhões.

O presidente da Agecom em 2001, Marcos Villas Bôas, disse ao POPULAR que a SMP&B venceu a licitação e teve dificuldades operacionais pelo fato de ter sede em Belo Horizonte. Não teria, assim, gasto toda a verba disponível, de cerca de R\$ 6 milhões. (CILEIDE ALVES)

DEPUTADO JOSE LUIZ ALVES Para o PT R\$ 600 mil

ROBERTO COSTA PINTO Assessor do Ministério de Cultura R\$ 400 mil

DEPUTADO BISPO RODRIGUES (PL-R) R\$ 150 mil

Q.S. 03705 UN. 0349
PMI - COREIOS
3584
Doc.

O total geral sacado por Simone Vasconcelos é de R\$ 7,77 milhões. Ela contou na CPI que havia uma sala reservada no Banco Rural de Brasília para que fizesse a operação e que viajou várias vezes à capital federal em 2003 para fazer os saques.

Diretora repete versão de seu empregador

Brasília – Maior sacadora das contas do publicitário Marcos Valério de Souza, a diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, sustentou ontem, na CPI dos

Correios, a versão de que a origem desses recursos foram empréstimos bancários tomados pelas empresas de Valério e repassados ao PT. Apesar de deputados estarem entre os destinatários desses recursos, ela disse não ter conhecimento de que esses pagamentos eram referentes ao suposto mensalão.

A diretora financeira afirmou ainda que o ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira sabia dos saques de dinheiro repassados a políticos e que seriam utilizados para pagar dívidas de campanha. No depoimento, ela informou que os saques eram registrados pela empresa como "empréstimos ao PT".

Simone Vasconcelos repetiu à exaustão que apenas seguiu orientações de seu chefe, Marcos Valério, e utilizou esse argumento também para se esquivar de perguntas feitas pelos integrantes da CPI, que buscavam mais detalhes sobre o esquema montado entre o publicitário e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Os parlamentares ficaram irritados com o desconhecimento alegado por Simone das operações financeiras da empresa em que trabalhava, mesmo tratand-



Valter Campanato/ABR



Valter Campanato/ABR



Marcello Casal Jr./ABR

ERRATA
O Supermercado Pró-Brazilian, pessoa jurídica CNPJ 37.629.995/0001-64, informa que no Tablóide válido de 02/08/05 a 15/08/05, consta erro de impressão gráfica do Produto: **Achocolatado Toddy 400 gramas**, no valor de R\$ 1,89, na realidade o Preço Correto é R\$ 2,89.

Errata
Por respeito ao consumidor, a Novo Mundo informa que no tablóide de ofertas "Papal Noel de Agosto Novo Mundo", com validade de 1/8/2005 a 14/8/2005, por erro de revisão foi veiculada a foto errada para o fogão Brastemp Quality 4 bocas (código 2482). No mesmo tablóide foi anunciado o conjunto de painéis Edfort - 7 peças (código 11967) com preço à vista de R\$ 129,00 quando o preço correto é R\$ 119,40. Retificamos também que o colchão Orthoborn - Ortoclass (códigos 1205/112126) teve seus preços invertidos, sendo que os valores corretos são: solteiro, R\$ 213,00 à vista ou 10 X (0+10) de R\$ 35,00, totalizando R\$ 350,00 a prazo. Casal, R\$ 315,00 à vista ou 10 X (0+10) R\$ 51,00, totalizando R\$ 510,00 a prazo. Desde já, a Novo Mundo agradece a compreensão de seus clientes.

NOVOMUNDO

ESTIMULADOR SEXUAL ELETROMAGNÉTICO
R\$ 60,00

SIGILO ABSOLUTO
CONTATOS CONTROL SYSTEMS
Av. Ruy Barbosa, Qd. 06, Lt. 13, St. Serrinha, Goiânia-GO
Fones: (62) 3275-6255

do-se de funções inerentes ao seu cargo. Ela teve dificuldades para informar até os principais clientes da SMP&B. "Essa situação é nova para mim, me dá branco, me dá estresse", disse ela, ao ser pressionada pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT).

Apesar dos lapsos de memória que pontuaram todo o depoimento, que começou às 11 horas, Simone mostrou-se segura e chegou a ser considerada "arrogante" pelos parlamentares. "Não tenho memória para números. Não me perguntem sobre números. Diretora financeira não tem obrigação de saber números de cabeça, me desculpem", disse ela.

A diretora financeira e o próprio Marcos Valério apresentaram à Procuradoria Geral da República nesta semana duas listas de beneficiários do dinheiro, uma com 31 nomes e outra, de 12 nomes. Ela sacou cerca de R\$ 7,7 milhões, que foram repassados a políticos.

"Não me arrependo porque sou muito grata ao Marcos Valério, que me deu oportunidade de crescimento e reconhecimento profissional."

SIMONE VASCONCELOS, diretora financeira da SMP&B

Foi anunciada, no entanto, uma retificação nessas listagens. O ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), teria sacado R\$ 50 mil, e não R\$ 200 mil, como constava na lista apresentada por Marcos Valério. A correção foi feita pelo próprio empresário ontem em depoimento à Procuradoria Geral da República e anunciada ontem pelo relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Ela tentou subestimar sua atuação no esquema, mas disse não se arrepender de nada do que fez. "Não me arrependo porque sou muito grata ao Marcos Valério, que me deu oportunidade de crescimento e reconhecimento profes-

sional", disse. O discurso de Simone de que os recursos que abasteciam o caixa dois de políticos eram provenientes somente de empréstimos tomados no Banco Rural e no BMG não convenceu parlamentares da oposição.

Simone disse que se encontrou com Delúbio apenas uma vez, quando foi com Valério à sede do PT em São Paulo. Ela teria esperado o publicitário, que se reuniu com o ex-tesoureiro. A diretora da SMP&B e seu advogado, Marcelo Leonardo, tentaram fazer o depoimento a portas fechadas, sem sucesso. Ela prestou o depoimento na condição de testemunha e assinou termo de compromisso em falar a verdade. (FOLHAPRESS)

registros

Segundo o presidente nacional do PT, Tarso Genro, não existe registro no diretório nacional da legenda de qualquer pagamento ou contrato com o escritório de advocacia. "Se eventualmente ocorreu qualquer tipo de pagamento à Junqueira por serviços prestados ao partido não é de conhecimento da direção atual, nem da executiva anterior, porque não há registro", disse Tarso.

Questionado a respeito do fato de que a entrada do advogado no caso foi anunciada em entrevista coletiva na sede do PT pelo ex-presidente da legenda, José Genoíno, em 2002, e sobre a garantia de sócios de Junqueira de que o pagamento foi feito por Valério, a mando do ex-tesoureiro Delúbio Soares, Tarso insistiu: "Se essa informação é certa, está tudo resolvido, porque decorreu de uma estrutura paralela", afirmou. "Não há nenhum mecanismo formal do partido implicado nessa questão." Ele isentou Genoíno na operação, e, após rápida visita ao antecessor ontem, afirmou que o ex-presidente petista voltará à vida pública e ao PT. (AGÊNCIA ESTADO)

Senador causa surpresa no interrogatório

Brasília – Em meio a um depoimento morno, o senador Demóstenes Torres (PFL) questionou Simone Vasconcelos se ela pagava a "cafetina Geane" por festinhas e orgias que seriam promovidas por Marcos Valério a políticos. A pergunta surpreendeu a todos. Irritada e nervosa, Simone negou conhecer Geane e rechaçou as insinuações: "Não tenho noção do que o senhor está falando".

Segundo Demóstenes, fontes ligadas à PF já têm informações de que Simone esteve com a cafetina conhecida por Geane Mary Corner no hotel Gran Bittar, em Brasília, para pagar pela serviço de garotas de programa. Uma das linhas de apuração da PF tem como foco o 14º andar do Grand Bittar, que abriga os principais clientes do hotel de luxo. (FOLHAPRESS)